



## **Seminário EZA “Saídas da Crise Económica e Financeira – Quais as Margens de Acção dos Parceiros Sociais?”**

**13 – 15 de Março de 2009**

### **Os problemas devem ser resolvidos de forma solidária**

Encontrar propostas de soluções para a actual crise económica e financeira e elaborar recomendações estratégicas para os parceiros sociais e para a política, foram as metas do seminário EZA sobre Crise Económica e Financeira, o qual teve lugar de 13 a 15 de Março de 2009, em Munique, numa organização conjunta entre o Instituto Fritz-Pirkel do Centro Europeu para Questões dos Trabalhadores, na Baviera, e a CSA [*Christlich-Soziale Arbeitnehmerunion*]/União de Trabalhadores Sociais Cristãos].

Alois Glück, Presidente demissionário da Dieta da Baviera e Presidente da Mesa da Comissão de Base da CSU, vê na crise também uma oportunidade. Na sua mensagem de saudação, defendeu a necessidade de um debate social fundamental para a conciliação entre produtividade e solidariedade, assim como entre liberdade e responsabilidade. Neste contexto, nunca antes fora tão importante uma Europa forte e eficaz.

No final, conselheiros de renome fizeram uma análise da actual situação e dos efeitos da crise em diferentes níveis. Deste modo, Ivan Van de Cloot, economista-chefe do Instituto Itinera (Bruxelas) sublinhou que uma má gestão foi decisiva para a actual crise económica e financeira. A ânsia por lucros num curto espaço de tempo sem levar em consideração a estabilidade do sistema terá levado a um colapso do capitalismo baseado em transacções. Ivan Van de Cloot exigiu a criação de agências de notação de risco independentes da banca, um limite das dimensões dos bancos, e sugeriu ainda que os incentivos aos gestores deixem, como tem sido a prática até à data, dependentes de êxitos a curto prazo, mas que sejam associadas à saúde dos bancos a longo prazo.

Fritz Schösser, Presidente da Mesa da Federação Alemã de Sindicatos da região da Baviera, exigiu um retorno à ética e à moral. No passado, as estratégias de reestruturação das empresas terão servido apenas à maximização dos lucros e não à segurança dos postos de trabalho ou à inovação. Schösser declarou-se contra os lucros ilimitados com responsabilidade limitada, exigindo que os conselhos fiscais das grandes empresas e dos grandes bancos não devam mais ser idênticos. Na sua opinião, o grande problema prende-se com diferentes regras económicas a nível nacional, regional e global.

Jean Paul Fabri, do Gabinete do Primeiro-Ministro de Malta, explicou que, por parte do Estado, as máximas de acção supremas são as de actuar a nível local. Acrescentou que a economia deva ser reestruturada, de modo a minimizar a dependência, e que se deverá investir em produtos e serviços, a fim de se criarem

postos de trabalho em tais áreas. Além disso, dever-se-á investir na educação e na reconquista da confiança dos cidadãos no Estado.

Também Daniel Navas Vega, do Instituto de Educação ILO (Turim) exigiu um regresso às normas e aos valores para o reforço da responsabilidade empresarial e da função reguladora estatal. Além disso, as instâncias controladoras não deverão ser fragmentadas. Por outro lado, dever-se-á valorizar mais a criação de postos de trabalho “verdes” e uma política climática sustentável.

O convidado de honra Elmar Brok, membro do Parlamento Europeu e membro da comissão para os assuntos externos, sublinhou que o proteccionismo não representa uma solução para a actual crise. Dever-se-á procurar uma união no âmbito das regras e controlos dos mercados dos seguros e financeiro, a nível europeu e internacional. A Europa deverá empregar o seu poder económico de modo a contribuir para a solução dos problemas. Para tal, são necessários maiores investimentos na área da educação para manter a competitividade a longo prazo.

A Dr<sup>a</sup> Gabriele Stauner, membro do Parlamento Europeu e Presidente da Mesa da CSA [*Christlich-Soziale Arbeitnehmerunion/União de Trabalhadores Sociais Cristãos*], exigiu uma completa reestruturação da Estratégia de Lisboa adaptável às novas necessidades: “A crise financeira revelou o “credo” europeu da concorrência ilimitada como prejudicial ao bem-estar e à criação de pontos de trabalho. Uma redefinição da “Estratégia de Lisboa”, longe da ideia de concorrência como sendo auto-regulatória do mercado, mas em direcção a uma estrutura óbvia dos princípios da economia social de mercado, torna-se, por esta razão, necessária. Por outro lado, a Europa deverá voltar a esforçar-se por reconquistar a sua importância como uma comunidade de valores.



**Dr. Gabriele Stauner, DPE e Presidente da CSA,  
Raf Chanterie, Presidente do EZA [da esquerda à direita]**

Rudolf Strohmeier, chefe do gabinete da Comissária da UE Viviane Reding, preconizou a criação de um conselho financeiro europeu e de uma autoridade reguladora. A comissão deverá apresentar uma proposta neste sentido em finais de

Maio. Por outro lado, deverão ser introduzidas medidas sancionatórias contra más condutas na área financeira. O mercado interno da UE não poderá destruir-se em consequência da crise, pois o proteccionismo não representa qualquer solução. Medidas por parte de cada um dos Estados servirão, outrossim, para ajudar os outros países, como por exemplo o *Abwrackprämie* ["prémio por desmantelamento"] alemão. Somente unida a Europa será forte; as escalas de valores deverão ser introduzidas em conjunto.



*Rudolf Strohmeier, Chefe de Gabinete da Comissária Europeia Viviane Reding, e Raf Chanterie, Presidente do EZA [da esquerda à direita]*

Nos vários debates, os participantes no seminário sublinharam a importância do auto-reconhecimento do cânone de valores europeu para solucionar os problemas existentes. Se uma política europeia comum for a solução para a crise económica e financeira, tal deverá ser aceite por cada um dos Estados. A criação de uma autoridade reguladora europeia será necessária para que sejam estabelecidos requisitos iguais para os sistemas tributários de forma a abolirem-se riscos sistémicos. Além disso, foi ainda proposto um imposto adicional sobre especulações. Considerou-se ainda importante a inclusão dos parceiros sociais no processo de debate para a solução da crise. Criticou-se sobejamente a imprensa internacional que não tem sabido aproveitar a sua função controladora nem sido fiel à sua obrigação de informar.

Nos relatórios da República Checa (Bedrich Vymetalik, KAP), Espanha (António Munso Prat, CEEFT), Lituânia (Neringa Sarulyte, LDF) e França (Joseph Thouvenel, CFCI) foi feita referência às possíveis acções por parte do Governo e dos parceiros sociais nestes quatro países, assim como aos efeitos da crise no mercado de trabalho e para os trabalhadores, e também aos sectores especialmente afectados.



**Roswitha Gottbehüt**, Secretária-geral do EZA e os oradores:  
para a República Tcheca **Bedřich Vymětalík**, KAP; para a Espanha **António Munso Prat**, CEEFT;  
para a Lituânia **Neringa Sarulyte**, LDF e para a França **Joseph Thouvenel**, CFCI  
[da esquerda à direita]

Como ponto principal dos diversos grupos de trabalho, destacou-se a elaboração de uma declaração final comum com recomendações de medidas para as políticas e para os parceiros sociais.



**Relatores: John Zammit**, AZAD; **Andrea Cornea**, CSDR;  
**António Moura Teixeira**, FIDESTRA; **Martin Schwarz**, UETDC  
[da esquerda à direita]

Num debate acesso entre Egbert Biermann, membro da Direção Executiva da *IG Bergbau, Chemie und Energie*, Tomasz Rózniak, Director da Fundacja Nowy Staw, Polónia, e Gerrit Terpstra, membro do Parlamento Holandês, moderado pelo ex-secretário geral do EZA, Joachim Herudek, foram feitas observações ético-sociais

sobre o tema Crise Económica e Financeira. Ponto fulcral do debate foram a doutrina de propriedade da Igreja, salários justos e ética económica. Os intervenientes no debate exigiram uma mudança do sistema económico e financeiro actualmente predominante, um fortalecimento do papel dos parceiros sociais e uma melhor coordenação da política económica na Europa. Cidadão deverá ter uma grande quota de responsabilidade, por exemplo, relativamente ao tema da sustentabilidade. Foi ainda debatida a proposta de criação de um conselho económico apoiado pela OIT, por outras organizações mundiais como o Banco Mundial, mas que acabou por ser rejeitada. Além disso, deverão ser integradas no Diálogo Social, para além dos sindicatos, também as organizações não-governamentais envolvidas nas questões dos direitos dos trabalhadores.



Projecto financiado pela Comissão Europeia.